

# jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

**Diretor Responsável**

**RUY MESQUITA**

**Diretores**

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## O que falta para que voltem os investimentos

O governo está consciente e parece que convencido de que a retomada dos investimentos privados é a chave mais preciosa para o sucesso da sua política econômica neste ano. Pelo menos a equipe econômica assim pensa, e o ministro Dilson Funaro tem-se mostrado preocupado com a lentidão ou falta de vontade com que empresários daqui e de fora se movimentam em direção a novos investimentos significativos. Chegou a convocar os líderes sindicais a moderarem seus pleitos, e insinua que o governo poderá motivar o empresariado com mecanismos especiais, como o abrandamento do controle de preços para quem estiver investindo.

As preocupações do ministro são amplamente justificadas. Mas é preciso meditar muito sobre duas coisas: 1) que tipo de motivação é realmente eficaz nas decisões empresariais; 2) por que essa motivação anda de fato em níveis tão baixos. E desde logo ocorre-nos que a idéia de espicaçar a motivação diminuindo o intervencionismo estatal na área dos preços equivale a travar as pernas de um atleta e em seguida oferecer-lhe um prêmio para ganhar a corrida. Não seria mais lúcido e eficiente retirar-lhe as travas?

O presidente da Câmara de Comércio Brasil-EUA, do Rio de Janeiro, Ronaldo Camargo Veirano, em entrevista ao nosso redator Nelson Lemos, nos diz que a estagnação dos investimentos de empresas estrangeiras no Brasil — que em 1985 devem ter somado 500 milhões de dólares, depois de já terem alcançado mais de 2 bilhões de dólares por ano entre 1979 e 1982 — deve-se, em primeiro lugar, ao elevado índice de inflação, e depois às incertezas quanto ao futuro político brasileiro.

Mas, não é só o empresário estrangeiro que está parcimonioso. O empresariado brasileiro também mantém essa atitude de expectativa e desconfiança, investindo o estritamente necessário para manter suas atividades, mas evitando projetos grandes, demorados ou excessivamente dependentes de tramitações ou financiamentos governamentais. Por que isso?

Não nos parece que aí esteja apenas uma preocupação de natureza financeira, derivada do alto custo do dinheiro aliado à incerteza de retorno num ambiente de alta inflação. É claro que isso influi significativamente. Mas há duas outras séries de considerações, além do cálculo puramente financeiro e administrativo: a preocupação com o avanço de forças políticas decididamente contrárias ao regime de livre empresa, declaradamente socializantes, e a preocupação com a própria dicotomia do discurso oficial, governamental, que prega seu apego e seu apoio à livre iniciativa, enquanto, na prática, limita, embaraça, burocratiza, sabota, encarece e penaliza de todos os modos a iniciativa empresarial, inclusive do ponto de vista fiscal.

Quem é que realmente pode entusiasmar-se com a idéia de aplicar dinheiro grosso em atividades produtivas privadas diante, não apenas dos problemas da inflação e da taxa de juros, mas sobretudo em face da insopitável voracidade fiscal do governo, à sua provada incapacidade de controlar seus déficits, e à sua demagógica tendência para financiar permanentemente a miséria do nosso povo com recursos expropriados ao setor privado, ao invés de realmente pôr em prática programas de erradicação da miséria pela atração de investimentos e know-how produtivo?

É preciso que o ministro da Fazenda e sua equipe se compenbrem de que não é somente o problema da inflação que inibe os investimentos privados em nosso país. É todo um ambiente hostil em geral ao investimento privado. É a dissintonia permanente e crescente entre os pronunciamentos governamentais e a ação efetiva do governo; o vazio também permanente em quase todos os círculos políticos, sindicais e eclesiais de condenar o capitalismo privado como maldição, de apostrofar o lucro empresarial, de qualificar o empreendedor privado como egoísta contumaz, quando não como antipatriota e até ladrão por definição; ao mesmo tempo em que todas as realizações do Estado, do governo, são constantemente exaltadas como oportunas, necessárias e benéficas também por definição.

Tornar-se empresário no Brasil, com semelhante clima, fica sendo um desafio não apenas para a competência gerencial, organizacional e financeira de qualquer indivíduo, mas até para sua coragem física e moral.

E, no entanto, todos sabemos — economistas ou não — que a única forma de desenvolver este país — aliás qualquer país — é criando riquezas para distribuí-las bem — e isso não se faz por outro meio se não captando investimentos. O governo pode, é claro, confiscar poupanças e investir ele próprio. Mas isso sempre limitará ao mínimo nossa capacidade de crescer, pois a poupança externa jamais virá em tais condições, e a interna procurará todas as formas possíveis e imagináveis para se evadir do confisco. Somente o investimento voluntário e de lucratividade previsível, enfrentando, sim, os riscos naturais do mercado (que já são grandes), mas imune ou pelo menos protegido dos riscos políticos gerados pela demagogia e pela insensatez, é que realmente atrairá capitais, daqui e de fora, em quantidade suficiente para arrancar este país da faixa da miséria e realizar o potencial econômico que todo mundo sabe (e está convencido) de que dispomos.

É isso, aliás, que o governo venezuelano parece ter-se decidido a compreender, depois de décadas de hostilidade ao capital em geral, principalmente estrangeiro. As empresas estrangeiras ali, desde julho do ano passado, podem remeter para o exterior todo o lucro que desejem; podem reapplicar esses lucros onde desejem também e contabilizar seus efeitos diretamente em dólares: "Estamos encarando os investimentos estrangeiros como um negócio, pelo qual o empresário deve receber o justo benefício" — explica o chefe da Superintendência de Capitais Estrangeiros daquele país, Jesus Maria Torrealba.

Ainda que defendida pelo ministro Funaro, pessoalmente, um empresário ele próprio, essa mentalidade está longe de ser partilhada pela burocracia governamental em geral, por amplos círculos políticos e até por muitos dos administradores da área econômica — que vêem a atividade

de empresarial privada como suplementar e subsidiária à do governo, como apêndice da política econômica governamental, ao contrário, exatamente, do que manda e reza nossa Constituição.

A retomada dos investimentos privados, portanto, na escala que o País necessita, e que o governo desejaria, será fruto não apenas de uma estabilidade monetária — da qual, de qualquer forma, ainda estamos muito longe — mas, também, de uma mudança radical de mentalidade, de concepções e de políticas.